

A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA: AS MARCAS LINGUÍSTICAS DA VOZ DA MULHER AGREDIDA

Maria do Socorro Oliveira (UFRN)
msocorrooliveira67@gmail.com

Introdução

Esta comunicação apresenta uma proposta de trabalho, pesquisa de doutorado em fase inicial. A pesquisa terá como referência noção de Responsabilidade enunciativa e será embasada na caracterização dessa categoria de análise apresentada por Adam (2011). Dessa forma, o principal objetivo será analisar, no boletim de ocorrência, o posicionamento enunciativo ou ponto de vista (voz) de mulheres que tenham sofrido algum tipo de violência e como se constrói o discurso sobre a violência nesse contexto de comunicação. E, dentre os objetivos específicos: caracterizar o propósito comunicativo do gênero boletim de ocorrência e analisar como se organiza a sua composição textual; identificar e analisar as marcas de responsabilidade enunciativa da mulher vítima da violência no gênero textual em estudo; descrever como se constroem as marcas enunciativas da voz da mulher agredida e como se constrói discursivamente a noção de violência nesse gênero textual.

A pesquisa tomará como objeto de análise boletins de ocorrência registrados na Delegacia Especializada de Amparo à Mulher - DEAM - Zona Sul, Ribeira, Natal-RN. Na abordagem metodológica serão adotadas as pesquisas documental e bibliográfica. Trata-se, portanto, de uma pesquisa descritiva, numa abordagem qualitativa. O objeto de estudo será o posicionamento enunciativo do sujeito narrador, no caso, as mulheres vítimas de violência. Os dados que compõem o *corpus* da pesquisa são dados primários, pois se trata de dados coletados, elaborados e registrados com finalidade específica para a pesquisa.

Para fundamentar esse estudo, buscaremos respaldo em elementos teóricos advindos da Linguística Textual (Koch, 2004, 2011; Koch *et al*, 2008; Marcuschi, 2002, 2008), da Análise Textual dos Discursos (Adam, 2011; Adam; Heidmann; 2011; Maingueneau 2002, 1997;); da enunciação, dialogismo, polifonia Authier Revuz (1984, 1994, 1995); , Brandão, 2008) e dos estudos relacionados à violência contra a mulher, como Queiroz(2008), Peron(2007, Porto(2012), dentre outros.

Este artigo apresenta-se estruturado da seguinte forma: primeiro fazemos uma breve exposição sobre a violência contra a mulher no Brasil, o que é e como se dá essa forma de violência, bem como do surgimento da Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha, destacando o objetivo e medidas dessa Lei, dentre essas, um novo conceito de violência doméstica e familiar, possibilidade de prisão preventiva para o agressor e a criação das Delegacias de Defesa da Mulher. No item seguinte, apresentamos, também, de forma sucinta o referencial teórico, com ênfase nas teorias do texto e da linguística textual, bem como noções sobre discurso, análise textual dos discursos e formação discursiva. Nessa sequência, Gêneros textuais e o gênero boletim de ocorrência e Responsabilidade enunciativa, destacando as suas categorias de análise e as considerações finais.

2 A violência contra a mulher e a Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha

2.1 A violência contra a mulher

O índice de violência no Brasil difere em relação à violência causada contra a mulher ou ao homem, tratando-se dos casos gerais de violência e também no que diz respeito à violência urbana. Enquanto a violência contra o homem ocorre nos espaços públicos, a violência contra a mulher ocorre nos espaços privados, ou seja, no âmbito

doméstico. E o mais preocupante é que, nesse caso, o agressor já manteve ou mantém laço de afetividade com a vítima. Daí o fato de observar que a forma de violência mais grave em nosso país é a violência sofrida pelas mulheres e que além de ser uma das maneiras mais evidentes de violação dos direitos humanos, as causas dessa violência são marcadas pela desigualdade entre homens e mulheres. (cf. Queiroz, 2008).

Também denominada de violência doméstica ou conjugal, a violência contra a mulher, “é um fenômeno que atinge as mulheres de todas as classes sociais, raças/etnias, gerações e orientações sexuais. Em geral é praticada na esfera das relações interpessoais. Queiroz (2008, p. 14). Para Queiroz (*Idem*, p.16), a violência contra a mulher é “um fenômeno que ultrapassa a violência física, apresentando várias outras formas de violência, como por exemplo, a violência psicológica, sexual, moral, etc.”.

A autora destaca ainda que falar sobre violência contra a mulher é falar de violências que ocorrem no plano das relações sociais e que permeiam as relações interpessoais cotidianas. Assim, “implica também em considerar essas relações como relações de poder que contêm não apenas um fator hierarquizante, mas uma possibilidade de sujeição”. Queiroz (2008, p. 193). Nesse sentido, essa forma de violência consiste,

[...] na submissão da mulher a situações crônicas de agressão, sendo motivada por fatores socioeconômicos, político-ideológicos culturais e educacionais que os quais têm um peso considerável na gênese e na manutenção da mesma. Ela perpassa todas as classes sociais, todos os tempos e todos os lugares. (Queiroz, 2008, p. 214).

Diante do contexto de violência contra a mulher no Brasil, um caso de violência serviu de base para a criação da Lei 11.340/06 e a partir da aprovação da referida lei, os casos de violência contra a mulher tiveram um tratamento mais adequado. A criação dessa Lei cumpre, também, a determinação sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

2.2 A Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha

Essa Lei foi sancionada pelo Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006. Ela tem por objetivo erradicar ou minimizar a violência doméstica e familiar contra as mulheres. A Constituição Federal, artigo 226, parágrafo 8º, vem reafirmar a importância da criação de políticas públicas que ponham fim ao comportamento agressivo do homem em relação à mulher.

A Lei 11.340/06 foi denominada de Lei Maria da Penha pelo fato de a Sra Maria da Penha Maia Fernandes ter sofrido duas tentativas de homicídio pelo seu ex-companheiro, Marco Antonio Heredia Viveiros e ter ficado com graves sequelas, tornando-se, assim, paraplégica.

A referida Lei também estabelece medidas de assistência social como, a inclusão da mulher em situação de risco no cadastro de programas assistenciais dos governos federal, estadual e municipal. Apresenta um novo conceito de violência doméstica e familiar de forma ampla que abrange não só a violência física, mas também outras formas de violência como a violência psicológica, patrimonial, sexual e moral. Além das medidas protetivas, como a prisão em flagrante do agressor, mesmo que se trate de lesões leves ou ameaças (Porto, 2012).

Assim, nas palavras de Porto (2012), a Lei Maria da Penha,

[...] não é exclusivamente uma lei penal; em seu bojo também se contemplam disposições administrativas, processuais, princípios

gerais; é forçoso convir, entretanto, tratar-se de uma lei predominantemente penal, restando indiscutível que seu grande impacto dar-se-á nessa esfera jurisdicional. (PORTO, 2012, p. 23).

Nessa linha de pensamento, o autor mostra que a referida lei apresenta dispositivos complementares de tipos preestabelecidos, exclui benefícios despenalizadores, altera pena, estabelece nova majorante e agravante e cria a possibilidade de prisão preventiva.

Com a sanção da Lei 11.340/06 foram criadas as Delegacias da Mulher, com atendimento voltado às mulheres que sofrem qualquer tipo de agressão.

Peron (2007, p. 44) assim define essa instituição,

A Delegacia da Mulher figura como um lugar social onde as mulheres procuram apoio para combater situações violentas que envolvem (também) seus relacionamentos conjugais. Enquanto espaço institucional, construída no cruzamento de vários discursos sociais.

Quanto à referida instituição, a autora destaca, ainda, que por meio das diversas práticas discursivas a delegacia especializada torna-se um instrumento de defesa das mulheres, constitui-se um instrumento do sistema jurídico e um campo discursivo específico.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O texto e a linguística textual

Nesse item faremos uma breve abordagem a respeito do que é texto, linguística textual e análise textual dos discursos. Adam (2011, p.25), assim se refere à análise de textos, ele faz uma reflexão epistemológica e uma teoria do conjunto. Nesse sentido, ele afirma:

O texto é, certamente, um objeto empírico tão complexo que sua descrição poderia justificar o recurso a diferentes teorias, mas é de uma teoria desse objeto e de suas relações com o domínio mais vasto do discurso em geral que temos necessidade, para dar aos empréstimos eventuais de conceitos das diferentes ciências da linguagem, um novo quadro e uma indispensável coerência.

Da Teoria Transfrástica à construção da Teoria do Texto, a Linguística Textual realizou um vasto percurso no decorrer da formação de seu corpo teórico, pois inicialmente, tomou como unidade de análise a sequência de enunciados; por último, o texto.

Nesse sentido, Adam (2011, p. 23), ao se referir aos estudos de Eugênio Coseriu (1994), em que este propõe em seus últimos trabalhos, diferenciar a ‘Gramática Transfasal’ da ‘Linguística Textual’, de forma que a ‘Gramática Transfasal’ “pode ser considerada como uma extensão da linguística clássica”, enquanto a linguística textual é “uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos”. Assim, Adam, se propõe a desenvolver e designar a sua teoria da análise textual dos discursos. Ele explica que a análise do discurso e a linguística de texto, mesmo ambas tendo surgido nos anos de 1950, estas “não têm a mesma origem epistemológica e nem a mesma história”.

Nesse sentido, Adam (2011, p. 25), cita a obra ‘Semiótica da Cultura’ de François Rastier, situada “no quadro das ciências da linguagem e disciplinas dos

textos”. Nesta obra foi assim apresentada uma definição para textualidade, “conjunto de operações que levam um sujeito a considerar, na produção e/ou na leitura/audição, que uma sucessão de enunciados forma um todo significante”. Adam (2011, p. 25), destaca, ainda, que tendo por base essa afirmação “A linguística textual tem como ambição fornecer instrumentos de leitura das produções discursivas humanas”.

Citando Olivier Soutet (1995, p. 342), Adam (2011, p. 25), assim apresenta a linguística textual:

[...] uma disciplina um pouco paradoxal. Avaliada pelo critério do que se convencionou chamar linguística moderna - a que nos conduz do comparatismo histórico do início do século XIX ao pós-estruturalismo do último terço do século XX -, parece jovem e à procura de legitimidade; recolocada na longa tradição dos saberes e das técnicas - filológicas, literárias e judiciárias - que têm por objeto, se não o texto em geral, pelo menos certos tipos de texto, ela parece ser, apenas, seu prolongamento ou ampliação.

Adam (2011, p. 115), em termos da teoria linguística da enunciação, afirma que “o texto é, ao mesmo tempo, uma proposição de mundo (Rd) e de sentido, um sistema de determinações e um espaço de reflexividade metalinguística” Assim, ao tratar do lugar da linguística textual na análise do discurso Adam (2011, p. 43) afirma que “Desde o seu surgimento, nos anos 1950, a análise do discurso e a linguística textual desenvolveram-se de modo autônomo. Elas se cruzaram apenas nos trabalhos de Denis Slakta, nos anos de 1970”.

Dessa forma, Adam (2011, p. 43) destaca: “É sobre novas bases que propomos, hoje, articular uma linguística textual desvincilhada da gramática de texto e uma análise de discurso emancipada da análise de discurso francesa”. Nessa linha de pensamento e postulando uma separação e uma complementariedade das tarefas e dos objetos da linguística textual e da análise do discurso, Adam (2011, p. 43) define a linguística textual “como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas”. Conforme o exposto, percebemos a importância da linguística textual para os estudos do texto.

Adam (2011, p. 75) destaca que a Linguística Textual tem como tarefa “definir as grandes categorias de marcas que permitam estabelecer essas conexões que abrem ou fecham segmentos textuais mais ou menos longos”. O autor destaca ainda que “essas marcas cobrem apenas parcialmente as categorias morfossintáticas definidas no âmbito da linguística da língua”.

Neste sentido, também Koch (2004) e Cavalcante *et al* (2008, p. 226) destacam,

[...] as mudanças por que passaram os conceitos de língua, de linguagem, de texto, de discurso, de argumentação e de cognição, em relação a objetivos a serem alcançados, fizeram com que se passasse a compreender a Linguística Textual como uma teoria essencialmente transdisciplinar, decorrência das diferentes perspectivas que abrangem e dos interesses que a movem.

Após essa breve exposição sobre o texto e a linguística textual, trataremos agora do discurso, da análise textual dos discursos e da formação discursiva.

3.2 Discurso, análise textual dos discursos e formação discursiva

Para Brandão (2008, p. 29), discurso é visto como “o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente”. A autora explica que o discurso é como um jogo estratégico que provoca ação e reação, é como uma arena de lutas (verbais, que se dão pela palavra) em que ocorre um jogo de dominação ou aliança, de submissão ou resistência; o discurso é o lugar onde se travam as polêmicas.

Adam (2011, p. 30) ao apresentar a ‘língua discursiva’ de Ferdinand de Saussure, destaca que este fez uma separação entre os signos, as palavras e a frase e para ilustrar essa informação cita Saussure (2012, p. 117) “A frase só existe na fala, na língua discursiva, enquanto a palavra é uma unidade que vive fora do discurso, no tesouro mental”. Ao tratar da língua discursiva de Ferdinand Saussure, Adam (2011, p. 30) nos apresenta em “Nota sobre o discurso”, o conceito de discurso registrado por Saussure (2002, p. 277),

[...] o discurso consiste, ainda que de forma rudimentar, e por vias que ignoramos, em afirmar um elo entre dois conceitos que se apresentam revestidos de forma linguística, ao passo que a língua apresenta previamente apenas conceitos isolados que esperam ser postos em relação entre eles para que exista significação de pensamento.

Conforme Rodrigues, Silva Neto e Passeggi (2010, p. 151-152) “A Análise Textual dos Discursos, elaborada pelo lingüista francês J.-M. Adam, constitui uma abordagem teórica e descritiva do campo da linguística do texto”. Essa abordagem tem como objetivo “pensar o texto e o discurso em novas categorias”.

Quanto à noção de formação discursiva, Adam (2011, p. 44), apresenta a noção que foi redefinida por Michel Pêcheux¹ e se tornou um conceito importante da escola francesa de análise do discurso:

[As] formações discursivas [...] determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um discurso público, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc) a partir de uma dada posição, em uma determinada conjuntura: o ponto essencial aqui é que não se trata somente da natureza das palavras, mas também (e sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que assumem essas palavras[...]

Adam (2011, p. 44-45), afirma que “o estabelecimento de uma ligação entre os gêneros e as formações sociodiscursivas é um dos avanços recentes da análise do discurso” e também que “é nos gêneros de discurso que localizaremos a ‘estabilização pública e normativa’ que opera no quadro do sistema de gêneros de cada formação discursiva”.

Já Marcuschi (2008, p. 58), por sua vez, explica que ao tratar de categorias como texto e discurso é importante esclarecer com qual noção de língua se trabalha, haja vista desse posicionamento depender as posições teóricas adotadas. Nesse sentido o autor afirma:

A tendência é ver o texto no plano das formas linguísticas e de sua organização, ao passo que o discurso seria o plano do funcionamento

¹ Pêcheux, (1990, p. 148). Ênfase conforme o original francês.

enunciativo, o plano da enunciação e efeitos de sentido na sua circulação sociointerativa e discursiva envolvendo outros aspectos.

Nesse sentido, Marcuschi (2008) acrescenta ainda que texto e discurso não distinguem fala e escrita, nem distinguem de maneira dicotômica duas abordagens, pois se trata de duas maneiras complementares de apresentar a produção linguística em funcionamento.

3.3 Gêneros textuais

Nos últimos anos, os gêneros textuais vêm sendo estudados intensamente e esse estudo contribui para um estudo mais significativo e consistente do uso da língua nos diversos contextos, prática de interação e atuação social.

Ao tratar da dimensão da textualidade a partir da realização dos gêneros textuais numa dimensão mais ampla, Antunes (2009, p.53) afirma:

[...] é preciso chegar ao âmbito das práticas sociais e, daí, ao nível das práticas discursivas, domínios em que, na verdade, são definidas as convenções do uso adequado e relevante da língua. Desde esses domínios, é que se pode perceber os modos de construção dos textos concretos, aqueles historicamente reais e situados no tempo e no espaço.

Para Antunes (2010, p. 72), “os gêneros é que constituem textos empíricos, é que constituem textos reais em circulação, os quais são regulados também por tipos de sequências sintáticas e relações lógicas.” A autora destaca, ainda, que os gêneros são definidos por propriedades sociodiscursivas e cumprem funções comunicativas específicas, realizam-se com intenções comunicativas e são “facilmente reconhecíveis pela comunidade em que circulam”

De acordo com Adam e Heidmann (2011, p. 17) “A análise de discurso assumiu os gêneros de discurso por objeto quando, desde os anos 1980, ela tem considerado, cada vez mais, a diversidade das manifestações das atividades discursivas humanas.” A questão dos gêneros era central na revisão que propunha, em 1987, D. Maingueneau (1987, p.23): “Os enunciados pertencentes à AD apresentam-se, com efeito, não apenas como fragmento de língua natural ou desta ou daquela formação discursiva, *mas também como amostragem de um certo gênero de discurso*”.

A posição teórica e metodológica dos estudiosos Adam e Heidmann (2011, p.18-30) sobre o estudo dos gêneros é representada em seis proposições. Essas proposições representam seis razões para superar o conceito bastante estático de gênero em benefício do de genericidade. As seis proposições são: todo texto participa de um ou de vários gêneros; os gêneros são tão diversos quanto as práticas discursivas; os gêneros são práticas normatizadas, cognitivamente e socialmente indispensáveis; os gêneros são categorias dinâmicas em variação; os gêneros existem apenas no âmbito de um sistema de gêneros; a genericidade envolve todos os níveis textuais e transtextuais.

A genericidade é assim definida por Adam e Heidman (2011) “O que definimos como a genericidade de um texto resulta de um diálogo contínuo, sempre conflituoso, entre as instâncias enunciativas, editorial e leitoral”. Os autores mostram que a genericidade permite pensar a participação de um texto em vários gêneros. Assim para Adam e Heidman (2011, p. 21), “A exceção de gêneros socialmente bastante constitutivos, a maior parte dos textos não se conforma a um só gênero e opera um trabalho de transformação de um gênero a partir de vários gêneros (mais ou menos próximos)”. Para os autores, considerar essa heterogeneidade genérica é, “o único meio

de aproximar a complexidade do procedimento que liga um texto ao interdiscurso de uma formação social dada”.

Ao se referir aos gêneros textuais, Cavalcante (2012, p.44), por seu turno, afirma “toda interação se dá por algum gênero discursivo que se realiza por algum texto”. Para essa autora, os gêneros discursivos: “São padrões sociocomunicativos que se manifestam por meio de textos de acordo com necessidades enunciativas específicas. Trata-se de artefatos construídos sociocognitivamente para atender aos objetivos de situações sociais diversas”.

Segundo Cavalcante (2012, p. 44-45), para cada propósito comunicativo “o indivíduo possui algumas alternativas de comunicação, com um padrão textual e discursivo socialmente reconhecido, isto é, um **gênero do discurso** que é adequado ao propósito em questão”. (Grifos da autora).

Ao tratar da instabilidade que caracteriza os gêneros textuais, Cavalcante (2012, p. 48), destaca que na instância jurídica, por exemplo, “os gêneros tendem a ser mais estáveis, tanto do ponto de vista formal/estrutural quanto do funcional”.

Marcuschi (2003. p.19) ao tratar dos gêneros textuais como práticas sócio-históricas, explica:

[...] os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer ação comunicativa.

Quanto aos gêneros textuais explica ainda o autor “os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais”. Marcuschi (2003. p.19)

Após essa breve exposição a respeito texto, da lingüística textual, do discurso, da análise textual dos discursos, da formação discursiva e dos gêneros textuais, trataremos do gênero textual boletim de ocorrência e da responsabilidade enunciativa que é o nosso foco principal de estudo.

3.4 O gênero textual boletim de ocorrência

O gênero textual boletim de ocorrência (BO) é um documento institucional que tem como finalidade notificar um fato aparentemente criminoso a uma autoridade policial para que sejam encaminhadas as providências necessárias para a instauração do inquérito policial. Esse documento deve seguir uma estrutura padronizada e ser composto, principalmente, por sequências narrativas e descritivas. A narração predomina quando, no momento de noticiar o crime, a vítima (noticiante) vai contar o que aconteceu, ou seja, ela vai estabelecer uma sequência temporal dos fatos. E na descrição são apresentadas informações como qualificação dos envolvidos, materiais apreendidos, entre outros. Esse documento precisa, também, apresentar coerência, clareza, precisão e não apresentar interferência de quem o elabora. (cf. Peron, 2007)

Na composição do BO são fundamentais as seguintes questões: Quem? (personagens), Quê? (Atos, enredo), Quando? (dia, hora, momento), Onde? (o lugar da ocorrência), Como? (o modo como se desenvolveram os acontecimentos), Por quê? (A causa dos acontecimentos).

Esse documento obedece a um padrão discursivo para registrar as ocorrências relatadas. No caso específico da nossa pesquisa, as ocorrências serão relatadas pelas mulheres que tenham sofrido algum tipo de violência pelos seus companheiros e tenham

ido até a Delegacia de Defesa da Mulher para registrar o tipo de ocorrência em que a descrição das cenas de violência se enquadra. Assim, esse documento é uma fonte de registro da história da violência (física, psicológica, sexual, patrimonial) que essas mulheres tenham sofrido.

Quando se registra um BO se tem como finalidade dar início à resolução de um conflito. No caso da Delegacia de Defesa da mulher, no ato do registro a mulher e a escrivã se alternam para falar sobre uma situação de violência, nesse caso, a conversa é direcionada e orientada pela escrivã.

Nesse sentido, Peron (2007, p.46) mostra que,

No caso específico da Delegacia da Mulher, a função jurídica do BO é comunicar e descrever a violência sofrida pela mulher, fazendo com que a notícia do crime chegue à autoridade competente para que o caso seja solucionado e, em tese, para que o “noticiado” seja punido.

No BO a mulher é tratada como noticiante ou agredida. O relato inicial (oral) da noticiante é informal (leigo), enquanto o registro desse documento pela escrivã se dá utilizando a norma culta, no nível formal (legitimado pela prática jurídica). Peron (2007, p. 64) assim explica esse acontecimento de linguagem,

A situação interlocutiva da Delegacia da Mulher é um acontecimento de linguagem realizado no espaço público, mas que tem por referência as situações de violência ocorridas em âmbito privado. No momento da produção do registro, essa prática discursiva funciona como uma situação informal para a mulher, em virtude do atendimento da escrivã que ouve atentamente o relato da mulher. Entretanto, essa interlocução ganha maior formalidade quando tem início o processo de fixação escrita dos relatos: nesse momento, o diálogo é direcionado de forma a contemplar as informações objetivas que se referem à caracterização do fato concreto.

Para que o Boletim de ocorrência possa ser caracterizado como um gênero textual próprio do domínio discursivo da Delegacia de Defesa da Mulher, Peron(2007, p. 66-67) apresenta alguns fatores que podem contribuir para essa caracterização do referido gênero,

Os boletins são textos produzidos na e para a instituição jurídica, sob determinados padrões e submetidos ao ritual enunciativo-discursivo da unidade policial, concebida como um espaço específico de enunciação; seu funcionamento tem a finalidade de informar sobre uma situação delituosa na qual a ofendida é mulher e, com isso, objetiva uma ação social institucional, de punir o infrator, e também uma outra ação particular, de dar novo direcionamento à relação conjugal violenta; O BO apresenta uma forma padronizada legitimada pelo sistema jurídico; O suporte e o lugar de circulação dos BO's são demasiadamente restritos.

Nas palavras de Peron (2007, p. 83) “[...] o gênero BO é lugar de utilização da língua com finalidades específicas, com padrões próprios do domínio discursivo a que atende”.

Quanto à elaboração do gênero boletim de ocorrência nas Delegacias de Defesa da Mulher, atualmente esse gênero pode ser registrado na versão manuscrita ou online.

Têm-se o suporte formulário para o Boletim manuscrito e o suporte ambiente virtual para o informatizado. Peron (2007, p. 58) apresenta a forma como são elaborados os boletins de ocorrência,

Assim, como forma histórica de funcionamento, a situação discursiva na qual são produzidos os BO's é bastante específica e delimitada: os textos são produzidos na Delegacia, devem circular apenas nesse ambiente, não são publicados e se dirigem apenas às autoridades policiais, no caso, a delegada de polícia.

Peron, (2007, p. 61), fundamentada nas Normas de Padronização das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (BRASIL, SPM, 2006, p. 26-31) que categorizam quatro fases para os procedimentos que devem ser adotados pelas Delegacias da Mulher em todo país no atendimento da violência de gênero explica que o “conjunto dessas fases define o ritual enunciativo na Delegacia e, ao mesmo tempo, instaura os lugares sociais que os sujeitos devem ocupar para terem acesso à palavra nesse espaço de enunciação”. As fases apresentadas pela autora são: 1ª fase: Atendimento e acolhimento; 2ª fase: Orientação à mulher em situação de violência; 3ª fase: Procedimentos criminais e conclusão do inquérito; 4ª fase: Monitoramento das ocorrências. Desse modo, o registro do BO não se dá de forma aleatória, mas é orientado por regras muito bem delimitadas.

3.5 A Enunciação e a Responsabilidade Enunciativa

Ao tratar das linguísticas enunciativas, Paveau & Sarfati (2006, p. 174) afirmam que “A linguística da enunciação, em seu início, consistia, com efeito, em um conjunto de pesquisas que buscavam e analisavam as marcas da enunciação na fala, marcas que são as ferramentas cuja função é inscrever na enunciação a subjetividade do locutor”. Para os autores, “A abordagem enunciativa da linguagem implica também uma teoria do sujeito, já que são suas marcas de inscrição no enunciado que constituem o objeto do trabalho do linguista”. (Idem, p. 176-177). Enquanto as abordagens estruturalista e gerativista ignoram a questão do sujeito, o ponto de vista enunciativo o coloca no centro da linguística.

Por sua vez, Maingueneau (2000, p.53) argumenta que “A enunciação não deve ser concebida como a apropriação, por um indivíduo, do sistema da língua: o sujeito só acede à emancipação através das limitações múltiplas dos gêneros de discurso.” (grifos do autor).

Ao fazer uma abordagem a respeito das linguísticas enunciativas, Paveau & Sarfati (2006, p.174) explicam que “A linguística da enunciação, em seu início, consistia, com efeito, em um conjunto de pesquisas que buscavam e analisavam as marcas da enunciação na fala, marcas que são as ferramentas cuja função é inscrever na enunciação a subjetividade do locutor” Os autores explicam também que

A abordagem enunciativa da linguagem implica também uma teoria do sujeito, já que são suas marcas de inscrição no enunciado que constituem o objeto do trabalho do linguista. Enquanto as abordagens estruturalista e gerativista ignoram a questão do sujeito, o ponto de vista enunciativo o coloca no centro da linguística” Paveau & Sarfati(2006, p. 176-177)

Conforme Orlandi (2001, p.59), a teoria da enunciação “parte da distinção entre o enunciado, já realizado, e a enunciação, que é a ação de produzir o enunciado. O

que lhe interessa é o processo de enunciação; a forma pela qual o sujeito se marca naquilo que diz”.

A autora destaca, também, que as marcas da enunciação são de várias naturezas e “mostram como o locutor se relaciona com o que diz e com a situação de que participa. Orlandi (2001, p.59). E que, nessa perspectiva, a comunicação aparece como consequência da constituição do sujeito. Esta propriedade “demonstra a capacidade do locutor, ao dizer, de se propor como sujeito”. Orlandi (2001, p.59). A autora destaca, ainda, que dessa capacidade do locutor de se propor como sujeito, deriva a categoria de ‘pessoa’. Assim, “ o locutor, no exercício da fala, se apropria das formas de que a linguagem dispõe e às quais ele refere a sua pessoa, definindo-se a si mesmo (como eu) e a seu interlocutor(como tu).”.

Após fazer essa exposição ainda bastante preliminar sobre a enunciação, trataremos, também, de forma preliminar da Responsabilidade Enunciativa, pois dos principais níveis de análise propostos pela Análise Textual dos Discursos, abordaremos, neste estudo, o nível enunciativo (vozes do texto), tendo como base a Responsabilidade Enunciativa.

O linguista francês J.-M. Adam (2011) apresenta uma análise sobre a Responsabilidade enunciativa. Ele aponta os recursos de que o enunciador pode se utilizar para apropriar-se da linguagem e assumir o seu ponto de vista ou atribuí-lo a outro.

Segundo Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010), não há um consenso entre os autores que se dedicam ao estudo da Responsabilidade Enunciativa, esses autores citam como exemplo Culioli (1971, p. 4031) ‘toda enunciação supõe responsabilidade enunciativa do enunciado por um enunciador’; Nølke, Fløttum e Norén(2004), “os proponentes da Teoria Escandinava da polifonia Linguística _ScaPoLine _ assumir a responsabilidade enunciativa é ser fonte do enunciado, é estar na origem, é assumir a paternidade”.

Para Adam (2011, p. 110) “A responsabilidade enunciativa ou ponto de vista (PdV) permite dar conta do desdobramento polifônico próprio à ironia: o locutor(L) se dissocia de um PdV1 (felicitação) de um enunciador E1 posto em cena na e pela sua própria fala enquanto se associa ao PdV2 (reprovação) de um enunciador E2”.

De acordo com Adam (2011, p. 117), “o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua”. Acorado na descrição do que Benveniste (1974, p. 79-88) chamava de ‘aparelho formal de enunciação’. Adam (2012, p. 120) apresenta detalhadamente oito categorias de análise, conforme quadro, a seguir:

Categorias de Análise		Marcas linguísticas da Responsabilidade Enunciativa
1	Os índices de pessoas	os pronomes e os possessivos marcadores de pessoas, a apóstrofe de um ser ausente ou inanimado e nomes que qualificam.
2	Os dêiticos espaciais e temporais	referência ao cotexto (anafórica) ou ao contexto (situacional), englobando a classe dos embreantes (advérbios, grupos nominais, grupos preposicionais, adjetivos, certos pronomes, certos determinantes).
3	Os tempos verbais	correspondem a diferentes tipos de localização relativamente à posição do enunciador e repartem-se em diversos planos de enunciação (oposições constatadas, entre o presente e o futuro do pretérito ou entre o presente de verdade generalizada e o par pretérito imperfeito-pretérito

		perfeito, etc.).
4	As modalidades	modalidades sintático-semânticas maiores, modalidades objetivas, verbos e advérbios de opinião, lexemas afetivos, avaliativos e axiológicos, conotações positivas e negativas do rosto em relação à face, o advérbio, o grupo proposicional, a proposição subordinada.
5	Os diferentes tipos de representação da fala	discurso direto, discurso direto livre, discurso indireto e discurso narrativizado.
6	As indicações de quadros mediadores	marcadores, modalização por tempo verbal, escolha de um verbo de atribuição de fala, reformulações, oposições de tipo, Quadro mediador(Slatka Guentchéva), modalização em discurso(Jacqueline Authier Revuz.
7	Os fenômenos de modalização autonímica	“todo enunciado metaenunciativo que, num debruçar-se reflexivo do dito sobre o dizer, manifesta a não transparência e a não-evidência das palavras”, e o caso das aspas e do itálico. Nesta categoria, Adam cita os trabalhos de Jacqueline Authier Revuz (1984, 1994, 1995), em que há modalização autonímica quando não se manifesta uma coincidência do discurso consigo mesmo, uma não coincidência entre as palavras e as coisas, uma não coincidência das palavras com elas mesmas.
8	As indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados	efeitos de pontos de vista que repousam numa focalização perceptiva ou numa percepção cognitiva.

Fonte: Adam (2011, p. 117-120)

4 Considerações finais

A partir dos estudos das teorias do texto, dos gêneros e do discurso, percebemos que há inúmeras formas de comunicação entre as pessoas nos diversos contextos de interação. Assim, constatamos a importância de estudar teorias que possibilitem uma compreensão mais ampla dos estudos da linguagem, incluindo, o texto, a textualidade, o gênero, o discurso, a análise textual dos discursos e, principalmente, a enunciação. Ressaltamos que o esboço da intenção de pesquisa a ser realizada é apenas um ponto de partida, um início para estudos futuros e que no momento, ainda não foi possível apresentar informações sobre a enunciação a polifonia, a heterogeneidade e o dialogismo que também serão utilizados como suporte teórico, os estudos de Ducrot, Benveniste, Bakhtin, Authier Revuz e Slatka Guentchéva.

Referências bibliográficas

ADAM, J. M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.

ADAM, J. M., HEIDMANN, Ute. MAINGUENEAU, Dominique. *Análises textuais e Discursivas: metodologia e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010.

ADAM, J. M., HEIDMANN, Ute. *O texto literário: por uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Irandé. *Língua, Texto e Ensino: outra escola possível*. 2 ed. São Paulo, Parábola, 2009.

ANTUNES, Irandé. *Análises de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo, Parábola, 2010.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. In MICHELETTI, Guaraciaba (Org). *Enunciação e Gêneros Discursivos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm - Acesso em 20 ago, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012
KOCH, Ingedore G.Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

MARCUSCHI, L. Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In *Gêneros textuais & Ensino*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MARCUSCHI, L. Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é linguística*. (Coleção Primeiros Passos) São Paulo: Brasiliense, 2011.

PEREIRA, Cilene da Cunha, et al. *Gêneros textuais e modos de organização do discurso: uma proposta para a sala de aula*. In *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

PERON, Ana Paula. *Entre relatos e registros: a discursivização da violência conjugal na delegacia da mulher de Maringá*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, 2007.

PAUVEAU Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia(Trad. (Trad.) M.R.Gregolin *et al*). *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Clara Luz, 2006.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei 11.340/06: análise crítica e sistêmica*. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. *Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher*. Mossoró, RN: UERN, 2008.

Rodrigues, Silva Neto e Passeggi. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de Renúncia. In ADAM, J. M., HEIDMANN, Ute. MAINGUENEAU, Dominique. *Análises Textuais e Discursivas: metodologia e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010.